



Revista do Corpo Discente do Programa
de Pós-Graduação em História da UFRGS

TODAS AS LETRAS SÃO ORIUNDAS DO REI:

Inter Universitas Et Collegium

Lenin Campos Soares¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo pensar a produção reunida sobre o título de “literatura de viagem”, produzida entre os séculos XV e XVI, sob dois aspectos básicos: o primeiro é que estes textos produzem um espaço, eles constroem o Novo Mundo para todos os europeus que ficaram para trás e agora podem ler suas crônicas, relatos e tratados e descobrir novas terras e novos homens; e o segundo é que estes textos são produzidos sob os auspícios do rei e, por isso, têm um objetivo político extremamente claro: garantir a posse do território *em nome de el-rey*.

Palavras-chave: Intelectualidade Portuguesa. Cronistas. Renascimento. Apropriações da Antiguidade. Espaço.

Este artigo pretende voltar-se para a produção de crônicas no século XV e XVI, pensando-a tanto como um elemento de construção espacial como de dominação de um espaço. Baseando-se nas discussões de autores como Gilles Deleuze, em seu ensaio *Liso e Estriado*, e Michel de Certeau, no seu livro *A invenção do cotidiano*, nossa hipótese inicial é que toda produção literária funciona dentro de um projeto político que, como tal, tem seus objetivos definidos. Escrever nestes séculos, então, se encaixa dentro do projeto político real de dominação e de construção de um império. É sob a pena dos cronistas que o espaço imperial é construído, criado, imaginado, é também sob ela que este pode ser dominado, apropriado. No entanto, deixamos claro que a construção literária não expressa diretamente uma realidade factível, ela é apenas um discurso que pretende construir uma realidade, que muito raramente se manifestou de fato sob o jugo português.

Pensando, no entanto, o mundo português – seja europeu, africano, asiático ou

americano – vemos dois grupos atuando na construção destes espaços através da produção literária: os intelectuais humanistas, ligados ou não ao ambiente universitário, normalmente não, e os doutores religiosos, sobretudo jesuítas, ambos patrocinados pelo próprio rei. A questão aqui, porém, não é diferenciá-los, porque as construções espaciais promovidas por estes grupos não são necessariamente distintas, não obstante reconhecermos que é possível que grupos diferentes, como a fidalguia e os professores universitários entre os humanistas, ou entre os religiosos, sejam eles jesuítas ou franciscanos, por exemplo, tenham projetos políticos diferentes, eles provavelmente os têm, mas aqui pensamos exatamente o que eles têm em comum: seu rei.

Então este artigo dividir-se-á em três partes: primeiramente nos dedicaremos ao Renascimento e aos Descobrimentos, detendo-nos basicamente na querela entre antigos e modernos que funda a Modernidade, pensando como os homens modernos pensam sua própria historicidade opondo-se à Idade Média. Após, voltaremos aos humanistas que têm seu auge entre o século XV e as primeiras décadas do século XVI no Renascimento português, como diz Luís Filipe Barreto (1983), e também o relacionamento deste grupo com o mundo universitário que se resumia a Universidade de Évora, num primeiro instante. Em seguida nos deteremos na chegada da Companhia de Jesus ao território português, cuja presença data desde 1534, e com isso a fundação dos Colégios, que serão o outro grupo que vai dialogar com a universidade. Logo após, nos dedicaremos a como estes elementos são influenciados pela política monárquica portuguesa, como eram construídos e mantidos pelo rei e como esta presença política da monarquia se refletia na produção intelectual, sobretudo ao analisar as relações que os dois grupos mantêm com um monarca em comum: Dom João III. Sendo assim, as crônicas que tratamos são aquelas que mantêm relação direta com alguns reis portugueses, como Dom Henrique e Dom João III, crônicas que eram patrocinadas por eles e/ou a eles dedicadas, tentando entender porque o rei se preocupava em construir histórias sobre suas conquistas além-mar.

I – Renascimentos, Descobrimentos e Intelectualidades.

O Renascimento é um conceito tão absorvido pelo senso comum, que normalmente não percebemos os muitos nuances que este processo comporta. Ele passa a significar apenas um retorno à tradição cultural da Antiguidade Clássica, não obstante ser muito mais que isso. O Renascimento é um processo iniciado no século XII, no qual

tais homens passam a exigir para si uma consciência de que são diferentes de seus antecessores. Nas palavras de Barreto (1983), eles adquirem uma “consciência epocal”. Eles passam a entender que pertencem a um determinado tempo, ou seja, percebem sua própria historicidade.²

Na trilha deste processo, o Medieval e a Antiguidade ganham identidade. Uma identidade que era desconhecida dos homens que viveram nestas épocas. Inclusive, explica Jacques Le Goff (1994), que até as palavras *antigo* e *moderno*, que se tornaram a oposição binária que caracterizará o Renascimento, não possuíam laços tão estreitos até os Quatrocentos. Esta oposição é originária do retorno à tradição intelectual clássica que é atribuída como característica mais importante, quiçá única, do Renascimento. O renascer da cultura antiga, tão cara, sobretudo, à historiografia francesa sobre o assunto, todavia mascara uma complexidade.

Primeiramente esta tradição clássica se divide em duas tradições distintas: a tradição greco-romana, que é mais alardeada pela historiografia; e a tradição judaico-cristã. (BURCKARDT, 1991). Estas se voltam a referências literárias como poetas e historiadores gregos, romanos e hebreus,³ ou a tradições filosóficas com as quais os homens renascentistas discutirão, podemos, inclusive, citar grandes discussões com o estoicismo e com Aristóteles.⁴ E, com o mesmo peso, a tradição judaico-cristã do Antigo e Novo Testamento, com seus evangelistas e profetas, dos quais os mais citados são Mateus – um evangelista - e Moisés e Samuel (SOARES, 2007), além dos filósofos cristãos como São Jerônimo, Santo Agostinho e Santo Ignácio de Loyola.

Contudo, este “retorno” dá a enganosa impressão de que tal tradição, no período chamado de Idade Média, havia sumido. E. Curtius, num clássico que não pode deixar de ser citado, deixa claro, no entanto, que toda a tradição intelectual antiga convivia com aquela definida como medieval somente pelos homens modernos. Ele diz: “a Idade Média recebeu a herança conservada pela fase final da Antiguidade latina e adaptou-a”. (CURTIUS, 1996). Modificando esta cultura dita antiga, a Idade Média criou a sua própria. A cultura antiga fazia parte da cultura medieval. Ovídio, em *A arte de Amar*, era símbolo de amor cortês; Alexandre era o grande rei-conquistador e Roma o grande império a se imitar em que a corte de Carlos Magno se espelhava. Contudo, este antigo não é distinto do medieval. Falando sobre a palavra, *antigo* era um léxico que já existia, porém ela se referia a tudo que vinha do passado, por isso Dante coloca na sua *Divina Comédia* tanto autores medievais como aqueles da Antiguidade juntos: todos ainda são antigos para Dante.

Já quando o Renascimento assume-se Moderno, este acaba por se opor tanto ao Medievo quanto a Antiguidade. Diz Le Goff que “o entendimento entre o antigo e o moderno fez-se eliminando a Idade Média” (1994, p. 176), pois o mundo moderno vai entender a si mesmo como continuidade e como superação do mundo antigo rompendo com o período anterior. Nada havia restado dele. Não que este processo de fato aconteça, não nos associamos aqui a uma ideia de História que entende os períodos como estanques e sem relações entre eles, no entanto, a imagem que os humanistas tentaram propagar era essa: de separação entre o Medievo e a Modernidade, e de superação da Modernidade em relação ao Medievo.

Portugal, como toda a Europa, também se envolveu nessas questões. Além disso, no caso português, há uma discussão se existiu ou não um Renascimento em Portugal. Esta discussão se baseia então numa pretensa inexistência do reaparecimento da cultura antiga em solo português e com isso a inexistência de uma cultura humanista – essa discussão inclusive também é proposta para a Espanha – este argumento, no entanto, não leva em consideração os inúmeros humanistas portugueses nos quadros de funcionários de universidades francesas e italianas. Somos obrigados a questionar: podemos dizer que não existe humanismo em Portugal só porque os portugueses não estão em solo português? Consideramos essa discussão desnecessária ao entendermos o Renascimento como o processo autodefinidor da Modernidade, um processo que inclui tanto o reaparecimento da cultura antiga, como apenas um de seus elementos, não como sua característica definidora, quanto os Descobrimentos e as Navegações e a inclusão da América no mundo europeu.

Apoiados em Francisco Falcon (2000) entendemos que “o Renascimento Português define-se como uma época de ‘crise’ de valores de toda ordem que se traduz em conflitos e tentativas de ajustamento, incessantes, entre as forças de ruptura e de continuidade”. O mundo novo que os Descobrimentos expõem aos portugueses, e a toda Europa, desde a precoce centralização política das terras lusitanas, enterraram o velho mundo ainda mais rápido em brumas ainda mais espessas. O Medievo e a Antiguidade são afastados ainda mais com o contato europeu com a África negra, o Oriente distante e a América, pois a Idade Moderna se afirma ao “aliar-se às outras antiguidades, precisamente aquelas que a Antiguidade greco-romana tinha substituído, destruído ou condenado: os primitivos e os bárbaros”. (LE GOFF, 1994, p. 172).

Em outras palavras, o Moderno aparece quando se envolve com as línguas bárbaras europeias, por exemplo, como quando Lutero faz a tradução da Bíblia para o

alemão no século XVI, ou quando os tratados e histórias deixam de ser escritos em Latim em favor de uma das “línguas vulgares” criadas recentemente como o francês, o inglês e o alemão, que mesmo mantendo gramáticas muito próximas ao Latim, elegem a cultura bárbara em detrimento da cultura clássica.

Com isso, também a Antiguidade é superada. Outro objetivo moderno. E por isso não podemos considerar o Renascimento como uma simples apropriação da Antiguidade. Dentro do projeto renascentista, após superar seu momento imediatamente anterior, o homem moderno voltava-se também a superação da Antiguidade evocada como um modelo. Modelo que deveria ser imitado exatamente para poder ser superado. Um bom exemplo português de como isto aconteceu são os grupos que se formaram a favor e contra *Os Lusíadas* de Luiz de Camões. Segundo Bianca Morganti (2006), estes se dividiam naqueles que entendiam que Camões deveria ser ovacionado por saber imitar (*imitatio*) com perfeição o *topos* clássico num poema épico, em distinção àqueles que viam em Camões a superação da poesia épica greco-romana.

Mas, se a Antiguidade Clássica era ícone a ser seguido, por que esta necessidade de afastar-se dela? Os gregos e romanos teriam sido grandes homens, isto qualquer homem renascentista-humanista concordava, todavia eles não haviam chegado até onde os Modernos tinham conseguido. As Descobertas, as Navegações, os impérios, a imprensa, as universidades, o conhecimento reunido sob a égide humanista, a Modernidade chega até onde nem os grandes sábios da Antiguidade haviam ousado imaginar, por isso, até sobre os antigos, os modernos se consideram superiores.

E os homens modernos haviam chegado tão longe graças às navegações portuguesas. Em Portugal, “os Descobrimentos foram o fenômeno sócio-cultural mais significativo gerado *no e pelo* Renascimento português” (BARRETO, 1983, grifo nosso), apesar de não serem um fenômeno exclusivamente português. Silva Dias afirma que “os Descobrimentos são obra, por igual, de portugueses e espanhóis” (1973, p. 1), pois, explica uma historiografia clássica, a península, graças a ciência do mar, herdada dos mouros e progressivamente desenvolvida, sob a imagem da Escola de Sagres,⁵ havia sido colocada na vanguarda da navegação. Além disso, toda a Europa cristã estava num processo de expansão e será este o processo que afastará a Idade Média ainda mais rápido ao criar um *novo* mundo. Neste ponto, os Descobrimentos rompem com o passado, e podemos tranquilamente dizer que criam o *homem moderno*. Um *novo* homem para um *novo* mundo.

E neste *novo* mundo, outros *novos* homens são encontrados. A Modernidade

também se cria quando se envolve com os primitivos e bárbaros (expressão muito utilizada para dizê-los) negros africanos e ameríndios. Expostos a estes *novos* homens novas questões serão levantadas pelos homens europeus: questões para si, sobre si, sobre os outros e sobre o mundo que os cercava.

O homem moderno, distanciado e próximo de Deus, resultado ambíguo da Reforma protestante e de sua contraparte católica, observará o mundo com um racionalismo inédito. Racional e místico ao mesmo tempo, um racional religioso e supersticioso ao mesmo tempo, este homem moderno construiu um mundo intelectual rico cuja força motriz será o outro que os Descobrimientos irão apresentar. A América, a Ásia, a África, o novo globo precisa ser explicado urgentemente.

II – Cronistas reais ou sábios universitários?

Os Descobrimientos portugueses começam em 1415 com a conquista de Ceuta, na África, um entreposto comercial árabe que transforma numa feitoria sua, e a partir daí todo um mundo novo se abre para Portugal e para a Europa. Neste novo mundo se apresentarão novos seres humanos, novas sociedades, novos espaços, todos inexplicados, exigindo imediata resposta dos intelectuais europeus para que assim pudessem ser de fato controlados por seus reis e príncipes. Era necessário, por exemplo, definir se os negros e índios eram humanos ou não, se poderiam ser escravizados ou não, se seus reis eram legítimos ou não. E são estes intelectuais, primeiramente, os responsáveis por definir respostas para estas questões urgentes que afetam diretamente os planos de expansão e controle da coroa portuguesa sobre as novas terras.

Os DESCOBRIMENTOS RENASCENTISTAS produziram uma profunda desestabilização dos paradigmas tradicionais do saber ocidental, desde a área *técnico-prática* (desenvolvimento de instrumentos precisos como o astrolábio, quadrante, balestilha, tabuletas, arquitetura e engenharia naval e militar) até à *teórica positiva* (relações matemática/geografia, desenvolvimento da medicina, botânica, mineralogia, zoologia) sem esquecer o nascimento de uma *antropologia positiva* (fruto do choque entre as tradicionais antropologias filosóficas antropocêntricas e as diversas normas sócio-culturais do Outro civilizacional). (BARRETO, 1983, p. 187).

Ainda no século XV, Gomes Eanes de Zurara (1410-1474), cuja principal obra, a *Crônica da Guiné*, narra a conquista empreendida em nome do Infante Dom Henrique sobre a Guiné, na costa atlântica da África, é o primeiro a utilizar os temas oriundos do Descobrimento para pensar Portugal, o mundo, e com isso propagar o seu rei junto com

suas próprias palavras. Zurara, no entanto, faz parte de uma escola de transição, apesar de rigorosamente medieval, ele já está exposto às transformações que irão criar os homens modernos, as questões impostas pelos Descobrimientos, portanto, trespassam sua crônica. Este é um “período em que as categorias de ser e pensar herdadas da medievalidade são ainda, não apenas dominantes, mas mesmo determinantes em toda lógica e ordem do discurso”. (BARRETO, 1983, p. 64). Diz Barreto (1983, p. 82) que quando Zurara utiliza de uma apurada erudição, que é clássica e ao mesmo tempo cristã, “viajando de Aristóteles às Escrituras, de T[ito] Livio a S. Tomás de Aquino”, e se volta a formas literárias típicas (como a História ou o Tratado), ele afirma a sua Modernidade, distanciando-se do que há de Medieval nele, de forma extremamente consciente.

Outros autores seguem então Zurara, pensando o mundo intelectual português como exemplo, são Duarte Galvão, Rui de Pina, Garcia de Resende, F. Lopes de Castanheda, João de Barros, Duarte Barbosa e Tomé Pires. Estes produzem discursos que muitas vezes destoam pela familiaridade ou estranheza com que descrevem os espaços, mas o que há de comum entre todos estes autores citados é o tipo de discurso que eles constroem para o rei, utilizando a erudição renascentista. Todos eles passam a construir discursos em favor do rei de Portugal, a grande maioria se voltando a Dom João III, tendo assim uma participação ativa na colonização destes espaços, seja participando da organização do Estado português como oficiais reais, mas principalmente ao estriar aquelas terras que antes simplesmente não existiam diante da realidade europeia e, portanto, não existiam para o rei. Ao descrevê-las em nome do seu rei, estes autores permitem que o monarca possa assumir a devida posse que lhe cabia. É através de suas crônicas e histórias que as coroas europeias mantiveram asseguradas suas conquistas. A desculpa, a posse, a própria existência dos territórios só acontece através dos discursos que estes intelectuais fomentam, no qual o rei ou príncipe é o grande personagem. A própria história só tem função em nome do rei.

Contudo, apesar do diálogo que estes intelectuais mantêm entre si, ao lerem, consumirem um a produção do outro, citarem-se mutuamente, a grande diferença do mundo intelectual português daquele que ocorre na França, Inglaterra ou Espanha é a inexistência de um ambiente universitário fecundo em Portugal. Apesar de todos os seus intelectuais terem formação universitária, inclusive custeada pela coroa portuguesa, pois desde Dom Manoel a coroa tem o hábito de destinar bolsas de estudo para universidades estrangeiras, sobretudo Paris, sendo que no reinado de D. João III tal processo atingiu seu auge⁶ formando exatamente estes intelectuais que acabam por não se locarem nas

universidades como acontece no resto do mundo europeu. Segundo Dias, inclusive, estes intelectuais passavam pela carreira universitária, quando passavam, muito rapidamente, sem acreditar que ela fosse muito elevada. (DIAS, 1973). Estes grandes produtores de discurso estavam dentro da administração real, eram governadores, donatários, capitães que participavam das Descobertas junto com os marinheiros louvados por Camões. Era neste ambiente em que eles produziam seus discursos, e nestes discursos produziam seus espaços.

Acrescenta-se a isso o elemento de fidalguia que existia na formação destes homens. A vida universitária, do *studio* e da sala de aula, não é aquela mais adequada para um fidalgo ter sua fama reconhecida que no caso do mundo português é sobretudo a Índia, a conquista de Goa a Macau, principalmente nos séculos iniciais. A escrita de crônicas era a melhor forma de garantir que sua fama, após esse período de lutas nas Índias, ficasse eternizada, garantindo então as honrarias necessárias num mundo fidalgo. Inclusive, o número de crônicas produzidas sobre o espaço oriental em comparação com os territórios americanos entre os séculos XVI e XVII apenas demonstram isso. O número de crônicas escritas sobre a Índia, com sua miríade de feitorias que apesar de não constituírem, normalmente, uma colonização efetiva do subcontinente se incluem sempre como parte do império português entre os cronistas, é imensamente superior àquela produzido sobre a América, onde a colonização fora muito mais efetiva, mesmo nos anos iniciais. Inclusive o número só começa a se tornar comparável após a década de 1610.

A produção de espaços pelo discurso desses intelectuais se faz através de descrições que Barreto chama de arquitetura sensorial. Segundo o historiador português, toda essa produção discursiva de “literatura de viagens” não pode ser considerada uma obra literária porque o uso que é feito da linguagem é apenas a descrição e construção daquilo que se está observando. O que é visto e sentido é descrito. “Trata-se de uma escrita realista que procura imitar com o discurso o traçado geográfico da realidade agrupando-se e expondo-se ao mesmo ritmo da realidade física. As palavras procuram imitar as coisas e o visível convida-nos a visível do próprio mundo à mão”. (BARRETO, 1983, p. 156).

Contudo precisamos criticar Barreto aqui, ao reconhecer que toda escrita realista para um homem dos séculos que tratamos não deixa de ser uma escrita poética, porque baseados em Aristóteles, estes homens entendem que a única forma de pensar a realidade é através da poesia. (SOARES, 2007). A partir da poesia então surge um

continente imaginário ou, nos apropriando do título de um dos capítulos do livro de Luis Filipe Barreto, uma imagem global: o Oriente surge entre estes intelectuais durante os anos de 1511 a 1516, com a *Suma Oriental* de Tomé Pires e o *Livro das cousas da Índia*, escrita por Duarte Barbosa, que fazia parte da armada de Pedro Álvares Cabral, que descobriu o Brasil em 1500. (BARRETO, 1983). Falando no Brasil, este “é uma zona de quase esquecimento no Quinhentismo Português. A alternativa ao espaço índico, território das especiarias e pedras preciosas é para todo o século XVI, o norte de África”. O espaço que se estende no XVI é em direção ao Oriente. Apenas em 1532 que o Brasil se cria. O que não se deve se confundir com motivos meramente comerciais, pois também é desse período o início de uma colonização mais efetiva da Índia. Podemos dizer que a coroa, agora nas mãos de Dom João III, abandona o norte africano e sua luta sem trégua contra os mouros e se volta agora para o Brasil, sem preferir em momento algum a colonização da Índia.

Com o “descobrimento” do Brasil, em 1530, muitos textos foram produzidos contando as aventuras que os europeus travavam nas novas terras. Nos trinta anos anteriores, devemos ressaltar, alguns textos, sobretudo cartas,⁷ roteiros de viagem e diários de navegação⁸ foram produzidos, porém é a partir da década de 1530 que a produção de crônicas sobre o Brasil ganha impulso, ou seja, quando a colonização passa a ser efetiva graças à mudança de planos criada por Dom João III, após a morte de seu pai, é necessária a construção de um espaço através da literatura.

Estes textos falavam sobre os índios, os nativos tão humanos e tão diferentes dos humanos; falavam sobre os animais fabulosos e as plantas extraordinárias; falavam também das riquezas e, é claro, descreviam as paisagens que os europeus encontravam no seu caminho, tratados sobre os animais, clima e vegetação como, por exemplo, o escrito pelo padre Fernão Cardim nos fins do século XVI e, também, crônicas contando as guerras lutadas e as aventuras vividas na construção de uma América como a de Diogo Lopes Santiago, que narra a Guerra de Restauração em Pernambuco que expulsa os holandeses do Estado do Brasil ou a do padre Simão de Vasconcelos que narra as aventuras vividas pelos padres jesuítas na conversão do gentio, ambas do século XVII. O Brasil, no entanto, começa a ser criado pela primeira vez através da *História da Província de Santa Cruz*, escrita por Pero de Magalhães Gandavo, em 1532, pois a carta de Caminha só ganhou mais visibilidade a partir de 1773. Só a partir da década de 30, do século XVI, que o Brasil é descoberto pela intelectualidade,⁹ no entanto, esta não era somente portuguesa.

Os franceses frequentavam a costa da América portuguesa desde o Descobrimento. Fazendo trocas com os índios, conseguiram demonstrar que era possível ter lucro com a colônia americana, o que atçou os portugueses a ocuparem mais definitivamente suas terras. Percebendo a manobra portuguesa, em 1555, uma expedição liderada por Nicolas de Villegagnon fundou a França Antártica as margens da baía de Guanabara, no atual Rio de Janeiro. Expulsos em 1560, muitos se refugiaram em feitorias na região de Cabo Frio, mas uma colônia maior foi organizada em 1594. Com estas colônias, intelectuais franceses também se voltaram, sob os auspícios do seu rei, a construir o espaço americano. O que podemos citar com maior destaque é o pastor calvinista Jean de Léry, que, expulso da colônia francesa quando estourou um conflito entre católicos e protestantes, cujos últimos foram obrigados a deixar a França Antártica e se abrigar com os índios tupinambás, escreveu ao retornar a Europa, em 1578, a *História de uma Viagem a Terra do Brasil, também chamada América*, pretendendo defender os protestantes da acusação de terem prejudicado o sucesso do empreendimento na América diante do rei francês, acusação do padre capuchinho, André Thevet no seu *As Singularidades da França Antártica*.

Essa disputa discursiva pela colonização do espaço que na França vemos entre grupos religiosos diferentes, durante a invasão holandesa podemos vê-lo entre duas “nações”: Portugal e Holanda. Autores holandeses como Gaspar Barleus elogiam a sua república, Diogo Lopes Santiago a bravura dos portugueses na Guerra de Pernambuco pela libertação da terra das mãos de saqueadores em nome do seu rei, verdadeiro dono daquelas terras. A disputa discursiva demonstra a vinculação destes homens a projetos políticos distintos. E para Portugal o projeto está ligado ao governo do rei Dom João III.

Dom João III, o piedoso, que era filho de D. Manoel e da princesa Maria de Aragão, governou o império português de 1521, aos 19 anos, a 1557. Ao subir ao trono, Portugal se dedicava à expansão no norte da África e Índia, seguindo o ambicioso projeto de D. Manoel de destruir os mouros e ocupar a terra santa cercando-os pela a África e Índia. No entanto, com as sucessivas derrotas para os muçulmanos durante os anos de 1518 até 1533 que fizeram com que os portugueses perdessem as praças de Marraquexe, Fez, Safim, Alcácer Céguer, Arzila e Azamor, ele reavaliou a política imperial deslocando a ênfase para a América e Índia. É ele então que consolida a presença portuguesa na Índia, alarga o contato com a China e Japão e inicia a colonização do Brasil.

Nesse processo, as crônicas têm um papel fundamental. Elas fazem parte do

projeto que consolidação do controle do espaço. E por isso passam a ser financiadas pelo próprio rei. É no reinado de Dom João III que aumentam consideravelmente as bolsas de estudo para portugueses nas universidades europeias, sobretudo Paris e Salamanca, em que homens como Garcia de Resende, Diogo de Resende, Diogo de Gouveia, Diogo de Teive e Gil Vicente foram beneficiados. Mas, além disso, é ele também que transfere a universidade para Coimbra e toma para si o direito de nomear o reitor, controlando de certo modo o ensino universitário no país, e também passa a contratar pensadores humanistas para o círculo universitário português.

Ao que parece, D. João III compreendia a noção de que para fazer de Portugal uma voz necessária a ser ouvidas nas grandes questões europeias era preciso equiparar-se sobretudo aos grandes centros político-intelectuais contemporâneos. [...] É claro, que isso significou, por sua vez, cuidados especiais com a intelectualidade dos grandes do reino tanto como instrumento formador de quadros governamentais capazes de levar adiante a sua missão "imperialista", quanto porque – como mecenas das letras – interessava-lhe da parte daqueles aos quais protegeu o elogio explícito na representação do seu reinado, da sua Corte e do seu Império. Tratava-se claramente de enaltecer a grandeza do Império. (PAES, 2007, p. 110).

Ao materializar em palavras aquele espaço tão distante para as cortes europeias o cronista garantia a existência daquele espaço na imaginação europeia e, com isso, sua definição como real. Um império que não era também construído por meio da palavra na verdade não existia de fato. Usando a expressão de Gilles Deleuze, o espaço imperial precisa ser *estriado* pela palavra para ganhar uma existência, pois também afirma Kant, em sua *Crítica da Razão Pura*, que o espaço só tem existência como dado se é construído pelo observador antes da própria ação se realizar. É este o papel que as crônicas têm durante o governo de Dom João III, o que explica a considerável expansão na sua produção a partir dos anos do reinado do terceiro joanino, o que se une as estratégias portuguesas de se afirmar no contexto europeu dos Quinhentos, inclusive tentando-se “europeizar Portugal, o que evidentemente, não podemos menosprezar a influência que a Corte de Carlos V, politicamente muito mais poderoso, sob o seu longo reinado (1521-1557) teve nesse desejo.

III – Sábios (e) religiosos.

Na mesma época que o Brasil passa a atrair atenção, a Companhia de Jesus começou a ser gestada em Paris (1531). Fundada por doutores, sempre valorizaram os

conhecimentos relacionados às Letras. (TORRES-LONDOÑO, 2002). Criada no seio da Reforma católica tinha como principal objetivo manter a todo custo os territórios católicos, seja através da colonização física, através da arregimentação de novos fiéis, ou através da colonização que podemos chamar de intelectual por falta de uma expressão melhor, produzindo discursos sobre as novas terras. Os jesuítas entram no Império português em 1534, e a partir daí assumem o “monopólio” da produção intelectual portuguesa, e o controle sobre boa parte – sobretudo àquela religiosa – da produção intelectual sobre América, apesar de não ser mais antiga do que outros grupos de religiosos que estiveram no Brasil.

Os franciscanos, por exemplo, com suas três ordens: a Ordem Primeira dos Frades Menores, dedicada à obediência as ordens do papado; a Ordem Segunda das Pobres Damas, dedicada ao recolhimento no claustro; e a Ordem Terceira, formada por um sem número de fraternidades e irmandades leigas, fundados em 1221, na Itália, chegam a Portugal, primeiramente sob influência de sua contraparte espanhola em 1439, mas só fundando uma sede portuguesa em 1568. Os dominicanos, ou a Ordem dos Pregadores, é francesa e de 1215, fundada por São Domingos Gusmão a fim de combater o avanço dos cátaros¹⁰ no sul da França, apoiando imensamente a Inquisição, formada por frades, monjas e leigos, se voltou em toda a Europa a partir da derrocada dos hereges a construção de colégios (ALMEIDA, 2005), nos quais a escolástica agostiniana era a base do *studium*. Estes mosteiros dominicanos eram grandes centros de discussão, aos quais Santo Agostinho, o maior doutor da Igreja medieval, e Bartolomeu de Las Casas, o grande responsável pela querela envolvendo Simão de Sepúlveda em que se questionava a humanidade dos índios, eram membros. O primeiro mosteiro construído em Portugal foi, no entanto, em 1238 em Santarém, contudo fazendo parte a província da Espanha, sendo apenas em 1418 que estes passaram a ser autônomos.

O monopólio jesuíta então, para o mundo português, precisa ser questionado. Afinal, as outras duas grandes ordens do início da Modernidade, estavam presentes no território. Historiadores clássicos portugueses, não obstante, como Oliveira Martins e Jaime Cortesão, consideram que a produção intelectual portuguesa foi maculada pela presença dos jesuítas. Que uma produção que se tornara “moderna”, graças aos escritores que mencionamos, vai voltar a ser “medieval” por causa do *locus* de onde se originará: a Igreja. E, neste caso, pouco importa se o religioso é franciscano, dominicano ou jesuíta, estes últimos sendo a ordem mais poderosa, sem dúvida, servem

de ilustrador exemplo.

A Igreja e a Reforma Católica – principalmente a Inquisição – serão a grande nódoa sobre a cultura portuguesa. Para essa produção historiográfica ainda muito influenciada pela filosofia de Auguste Comte, o irracionalismo que eles consideravam indissociável da religião incomodava pungentemente. Perceber então que um grupo religioso tinha o “monopólio” da produção intelectual era uma mancha, para dizer menos, humilhante para aquela intelectualidade portuguesa.

Todavia é inegável que a produção intelectual portuguesa a partir de 1534 deva muito aos soldados de Cristo. Os jesuítas, como o braço da Igreja Católica mais integrado com o Estado português, estavam envolvidos com toda a máquina construída para a colonização.

A acção missionária está ligada, de facto, em muitos de seus promotores e protagonistas, à consciência de uma lacuna no apostolado cristão. Havia agora certeza de que o Evangelho ainda não fora anunciado a todos os homens. E não podia deixar de ser dramático, à luz das concepções teológicas dominantes, que nem a todos os homens tivesse sido dada a oportunidade de se salvarem através do baptismo. (DIAS, 1973, p. 55-56).

No entanto, aqui nota-se uma diferenciação entre os franciscanos e dominicanos e os jesuítas, algo que podemos chamar de uma especialização. Os franciscanos e dominicanos, nas expedições colonizadoras ou nas bandeiras, estavam sempre presentes como capelão da tropa (SOUZA, 2005), eram responsáveis pela realização dos ritos e, o que era mais importante, officiar os últimos sufrágios quando algum dos membros da expedição morria; já os jesuítas eram responsáveis pelas tarefas de guerra, eram engenheiros, tradutores e apaziguadores de índios em regiões de fronteira – as missões – e treinados para isso com severidade. (SOUZA, 2005).

Os filhos de Santo Ignácio tinham uma educação extremamente rígida. Educação física, espiritual e intelectual, afinal eles eram os novos símbolos da Igreja moderna, que também tentava negar o que havia de medieval nela. Filosoficamente, os jesuítas se vincularam a escolástica italiana e francesa, ou seja, a segunda fase da Escolástica. Contudo, com os Descobrimentos, uma série de críticas foi feita a esta Escolástica principalmente pelos Humanistas. Sendo assim, eles não são mais herdeiros da mesma tradição intelectual que povoava os séculos anteriores, pois acolhem as críticas humanistas ao pensamento helenístico e arábico-aristotélico.

Essas críticas se dão, principalmente, no que Luis Filipe Barreto chama de “*experientialismo renascentista*”. Até o Renascimento, o conhecimento antigo era

aceito como infalível. Todavia, ao se opor à realidade observada nos novos mundos com o conhecimento antigo, ocorre toda uma desestruturação do saber europeu de então. O mundo escolástico e eurocêntrico é minado em suas bases. A medicina, por exemplo, que era ensinada por Antônio Luís, em Coimbra, em 1543, em grego, baseada em Aristóteles, Galeno e Hipócrates, vai ser exposta a novos corpos e novas doenças em contato com a América, África e Ásia, corpos e doenças que ela não sabe explicar. O Descobrimento do Brasil numa região tão ao sul, o que segundo os Antigos seria impossível (DIAS, 1973), fazem com que nasça

uma consciência incomodada com os desajustamentos entre o saber herdado e o saber agora conquistado; no entanto e ao mesmo tempo essa consciência incomodada afirma-se também orgulhosa de si mesma, espanta-se pelo seu conhecimento poder tão facilmente criticar os ex-padrões de infalibilidade. (BARRETO, 1983, p. 238).

Ao contrário do que acontecia com aqueles intelectuais que estavam falando de dentro do Estado, os textos dos religiosos que servem à Coroa é bem mais literário. Os padres, freis e monges utilizavam metáforas, símiles e diversas outras figuras de linguagem na construção de suas descrições, e não precisavam mais ficar atentos à descrição pormenorizada de cada espaço com o qual se davam, mas tinham o compromisso, como deixa claro Torres-Londoño, de permanecerem entendíveis. Eles utilizavam uma linguagem com uma liberdade literária maior, apesar de sempre evitar a “afetação”, mantendo sempre um alto grau de erudição, pois é necessário atrair o leitor. “La erudición singular y real privilegio de muchos hombres de Iglesia, pozos profundos de humanas letras y divinas, y tue también etiqueta de relumbrón de eruditos de segunda mano”. (SALGADO, 2001, p. 310).

Nas Crônicas, os cronistas seguem um modelo clássico na hora de escrever. Ele inicia seu texto habituando o leitor ao espaço no qual a História vai acontecer, modelo copiado dos historiadores clássicos como Heródoto, Tucídides, Tácito e Políbio, que, frequentemente citados nas crônicas, são os modelos conhecidos através de uma educação humanista que se esmerava pela tradição. Seguindo este modelo, os cronistas modernos utilizam também as mesmas fontes clássicas para poder escrever sua história: primeiro, utilizam o seu próprio testemunho. Muito do que as crônicas descrevem são impressões do seu próprio autor ao observar determinado acontecimento. Na verdade, segundo José Honório Rodrigues, esta é uma das definições do estilo de escrita da crônica, uma narração cujo tom é quase sempre memorialista. (RODRIGUES, 1979).¹¹

Além do próprio testemunho, o cronista se aproxima mais do historiador moderno quando ele apresenta os dados que ele extrai, também, de outras fontes. Podemos citar, por exemplo, na *Crônica da Companhia de Jesus*, os parágrafos 23 a 72, nos quais o padre Simão de Vasconcelos descreve os rios, as montanhas e os arvoredos do Amazonas até o Rio da Prata. Contudo, sabemos pela biografia do padre que ele nunca esteve no Amazonas, ou no Rio Grande ou em São Pedro do Rio Grande do Sul, suas andanças limitaram-se à Bahia, São Sebastião do Rio de Janeiro e ao colégio de São Paulo de Piratininga. Sendo assim ele descreve todo este espaço baseado naquilo que outras crônicas e tratados diziam sobre o que ele queria retratar. O ato de descrever uma paisagem, como fala Bernard Lepetit (2002, p. 88), apesar de referir-se aos textos do século XVIII, “é desenvolver um discurso verídico em que as curiosidades, além de suscitarem interesse, constituem o conjunto do espaço exótico”, através destas descrições que só podem ser feitas sobre paisagens reais é possível criar imagens que são verossímeis sobre a América.

Contudo diz Santo Ignácio de Loyola, falando para os Soldados de Cristo, que quando se fale para pessoas de fora da ordem: “se detenga menos el que escribe em las cosas que particularmente tocan a personas de la Compañia, extendiendose mas em las generales” (LOYOLA apud TORRES-TONDOÑO, 2002, p. 17), que é por isso que ao começar sua *Crônica da Companhia de Jesus*, Simão de Vasconcelos começa a partir de uma parte que ele chama de *Notícias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas do Brasil*, no qual ele explica o espaço em que a sua história será narrada como padre Fernão Cardim no seu *Tratado da terra e da gente do Brasil*, em que o Espaço antecede a História.

Espaço que é paisagem, em todos os seus pormenores, a flora e a fauna (o que inclui os índios) que os cronistas jesuítas comumente retrataram, pois seu treinamento os indicava para as fronteiras, locais onde “a civilização não havia chegado ainda”, para realizar seu trabalho missionário. Mas também o Espaço que é lugar, porque eles nomeiam cidades (vilas, povoados, arraiais), serras, rios, acidentes geográficos, sendo interessante notar que os primeiros cronistas a tratarem sobre o espaço urbano na América portuguesa foram os holandeses e o franciscano Frei Vicente de Salvador, estes chegam a citar o nome de vilas e cidades – ele cita Olinda e Recife na *História do Brasil* – mas eles em instante algum descrevem o espaço urbano, ele não tem nenhuma especificidade que o diferencie dos rios, florestas e prados que se haviam por descrever.¹²

Não menos importante, porém, é o Espaço transformado em território, porque é nessas crônicas que vai se criar as balizas definidoras do que pertence a cada Coroa, seja a portuguesa, com seus narradores próprios, seja a francesa que envia também seus narradores à França Antártica, seja a holandesa que também envia seus homens de letras para construir um território holandês por meio de trajetórias, como diria Michel de Certeau em *A invenção do Cotidiano*.

IV – Considerações finais.

Finalmente, após questionarmos o sentido de Renascimento e localizá-lo extremamente vinculado a de Descobrimentos, o que na verdade se realiza como um dos momentos em que a querela entre Antigos e Modernos é superada. Superação que se dá na afirmação do Moderno em detrimento primeiro do Medievo, época negra, e depois da Antiguidade, que apesar de toda sapiência não chegou às verdades que só a Modernidade conseguiu descobrir. Essa separação não quer dizer que a Idade Média era realmente distinta da Idade Moderna, mas que a fundação destes marcos históricos propõe sim uma divisão em que é reconhecida uma característica intrínseca ao período histórico que o difere do anterior e do posterior, características essas que hoje são desconsideradas pela historiografia que as reconhecem como arbitrárias, mas que conserva a divisão por questões didáticas, porém, para os homens modernos que as constroem são características que definem o seu próprio mundo e sua definição de tempo histórico. Para estes homens humanistas essas diferenças entre o Medievo, a Antiguidade e a Modernidade são verdades históricas. Estes intelectuais estão então convencidos de que são novos homens, distintos de seus anteriores, incitados pela descoberta do próprio processo histórico.

As novas terras, os novos mundos, que são descobertos, invadidos, apossados e muitas vezes destruídos, primeiro em nome do rei, depois em nome da Providência, precisam ser descritos, imaginados, construídos, provados como existentes porque desafiam a própria lógica que o mundo europeu possuía. Grupos diferentes, então, criam formas distintas de construir esses novos espaços. Num primeiro momento, os humanistas portugueses escrevem diários de viagens, detalhistas, preocupados com uma descrição fiel do mundo que eles observavam, que de tão fantástico era completamente desnecessário qualquer floreio. (HOLANDA, 1996). A própria realidade estava encarregada disso. Descrever girafas, elefantes, exuberantes florestas tropicais, tigres e

homens de pele negra era o bastante para encantar os europeus, independente da linguagem que eles utilizavam.

Quando as novidades começam a se tornar comuns na Europa. O choque é aliviado pelo tempo. A linguagem volta a ter importância para atrair o leitor e então o sentido literário de tais obras reaparece. Literalidade é quando um escrito tem a liberdade de reinventar a língua que ele utiliza. Reinventá-la atribuindo significados novos a palavras conhecidas, apresentar sentidos diferentes a palavras e expressões de uso comum. Obras literárias, destarte, são aquelas que se utilizam de figuras de linguagem como metáforas, metonímias, ironias para arejar a língua. E é exatamente entre os intelectuais religiosos que essa liberdade reaparece.

Entre estes intelectuais a questão entre Antigos e Modernos caminha para a definitiva superação. Estes eruditos, aqueles que chamamos de cronistas reais e de cronistas religiosos, conhecedores da tradição clássica e a judaico-cristã tem a difícil tarefa de confrontar a realidade que se observava tão perfeitamente com a tradição intelectual que lhes fora legada. Cabe a eles discutir com esta tradição e reconhecer que os sábios antigos, tão próximos da sabedoria divina – Platão muitas vezes tem o epíteto de divino – podem errar. Ela não atende mais as necessidades explicativas do mundo que os homens modernos descobriram. Contudo, Lepetit (2002) lembra que devemos sempre desconfiar das intenções do autor, dos meios pelo qual ele publicará sua produção e até mesmo dos cânones literários aos quais ele se rende, porque também estes interferem na produção de uma realidade através da palavra.

Sendo assim, o que consideramos de mais importante nesta produção são os seus objetivos. Os objetivos políticos claros de toda essa produção intelectual vêm a corroborar a necessidade de pensá-la sob um ponto de vista de uma cultura/tradição política cujo *modus operandi* apenas são os melhores meios encontrados para alcançar o fim que se almeja que, no caso, é a colonização efetiva das novas terras e sua inclusão nas terras pertencentes ao rei ou ao príncipe. Devemos lembrar que estas crônicas eram publicadas por uma Imprensa Régia, ou seja, eram aprovadas e custeadas pelo próprio rei/príncipe e, sendo assim, é fácil explicar porque nenhuma delas divergia dos objetivos da coroa, a elas, cabia encaixar-se nos interesses reais e ajudá-los a se desenvolver.

Para deixar isso mais claro, vejamos um exemplo: para que o rei de Portugal pudesse exigir que as fronteiras do Estado do Brasil correspondessem à foz do Rio Amazonas e à foz do Rio da Prata, ele precisava que autores – religiosos ou não – dissessem isso antes dele. A partir daí ele poderia utilizar a tradição literária, que apesar

do experimentalismo nascente no período, era o que mais se aproximava de uma ciência, para poder sustentar a sua verdade. Então o rei de Portugal, ou da Espanha, França ou Holanda irá utilizar os seus intelectuais e padres como arma contra o argumento de outros reis questionando a sua posse sobre aquele território.

Podemos comparar esta ideia com a cartografia que começou a ser produzidos no século XVIII sobre todas as colônias europeias na América e África. Para o XVIII e o XIX, como explica Jeremy Black em seu *Mapas e História*, a forma de se construir e dominar discursivamente um Espaço era cartografá-lo, preocupação normalmente inexistente para os portugueses, cuja carta resumia-se as náuticas e o detalhamento da costa, mesmo sendo a partir do século XV estas descrições visuais de lugares e paisagens deixaram de ser um elemento meramente ilustrativo para ganhar vida própria em Atlas e com espécimes avulsos em grandes dimensões, às vezes produzidos em tapeçaria ou como afresco na parede dos castelos. No Renascimento, contudo com ênfase no século XVI, a cartografia tomou um impulso diferente. Primeiro por causa da invenção da imprensa e da xilogravura, que facilitaram a divulgação da informação de uma forma nunca vista antes, e depois pelas Navegações e, mais precisamente, pela Escola de Sagres, em Portugal, que reunia boa parte dos “técnicos” necessários para criar os avanços que permitiram a Coroa portuguesa lançar-se numa aventura tão arriscada.

Esta função, que a partir dos setecentos passará ao mapa de definir o território, era exclusivamente da crônica. Só nos setecentos que ele torna-se o principal elemento para se descrever um Espaço. Principalmente porque passa a ser reconhecido como uma transcrição da realidade para uma planificação matemática que garante cientificidade e racionalidade. Porém, para os séculos anteriores, a ação do cronista era científica e racional o suficiente para garantir diretamente o poder do rei através de sua pena. Sem a crônica que descreve o território pertencente ao rei, ou que constrói suportes ideológicos para a dominação como Simão de Vasconcelos que transforma o Brasil na Terra Prometida e o rei de Portugal no Davi bíblico, o grande rei ungido por Deus para se tornar o grande senhor da Terra Prometida (SOARES, 2007), ou Gaspar Barleus que compara os holandeses vagando até a América aos troianos da Eneida de Virgílio procurando por um novo lar após a Guerra de Tróia e após construindo um grande império em Roma.

As crônicas então se equilibram entre as várias funções para as quais as coroas, que patrocinam sua produção, lhe exigem. Entre estas o levantamento dos potenciais da

terra ao descrever rios, arvoredos, tribos indígenas, minérios e montanhas e também um levantamento das condições da terra ao contar das cidades, colégios, fortificações e da vida de seus colonos. Através do que foi noticiado nas crônicas, a Coroa portuguesa pode planejar seus próximos passos para o controle mais efetivo de suas terras. Outra função: a propagandística. Por causa do que foi noticiado na crônica, também os colonos se interessarão para vir habitar no que alguns autores chamam muitas vezes de “Paraíso Terreal”, de bons ares, bons arvoredos e tamanhas riquezas ainda inexploradas, esperando apenas a coragem do homem português.

Mas, sem dúvida, a função mais importante da crônica é como ela produz um espaço e o concede ao soberano. Transformando o rei em Davi em um herói grego, num imperador romano, os cronistas garantem a posse ideológica daquele território que eles estão construindo em sua descrição. Com isso, os cronistas transformam um espaço que, para os europeus, era liso em um espaço estriado, em que existe uma realidade formada, um caminho a percorrer e um espaço para ocupar. Por fim, constroem uma realidade.

Artigo recebido em 01/10/2008 . Aprovado em 06/05/2009.

All words came from the king: Inter Universitas Et Collegium

Abstract: This paper has as objective to think the production congregated on the heading of “trip literature”, produced between 15th and 16th centuries, under two basic aspects: the first one is that these texts produce a space, then constructs to the New World for all the Europeans that had been stop backwards and now they can read their chronicles, stories and treated and to discover new lands and new men; and second, as is that these texts are produced under a king and, therefore, has an objective extremely politician clearly: to guarantee the ownership of the territory on behalf him.

Keywords: Portuguese intellectuality. Chronicles. Renaissance. Antiquity Appropriations. Space.

¹ Doutorando em História e Tradição (UFMG). Email: lenincampos@hotmail.com . Esta pesquisa foi realizada nos anos de 2005-2007, sob a orientação da professora doutora Maria Emília Monteiro Porto, dentro do Programa de Pós-Graduação em História e Espaço da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E deveu muito as sábias discussões com o Prof. Dr. Raimundo Arrais.

² Historicidade no sentido de uma percepção de si mesmo como atuante em um tempo. Alguém ou algo que pertençam a um determinado tempo e que seu deslocamento para outro fatalmente criaria um anacronismo. (Cf. Martin Heidegger, *Ser e tempo*. Cap. 5).

³ Entre poetas podemos dizer que Virgílio e Homero são os mais citados, apesar de que este último é notadamente mais citado do que lido; entre os historiadores a historiografia romana é a mais ressaltada, isso sem incluir Flávio Josefo e os “historiadores” bíblicos, que pertencem a outra tradição: a hebraica.

(Mais informações: projeto “As Antigiuidades nas crônicas coloniais brasileiras: historicidade como consciência histórica”, financiado pelo CNPq, coordenado pela Profª Drª Maria Emilia Monteiro Porto).

⁴ Sobre as discussões estoicas, cf. BARRETO, 1983; sobre Aristóteles, ver “As Antigiuidades nas crônicas coloniais brasileiras: historicidade como consciência histórica”.

⁵ A Escola de Sagres é um mito criado por historiadores portugueses e ingleses a partir do século XIX, fundada pelo Infante D. Henrique, em 1417, que como um centro de arte náutica teria formado os grandes navegadores do período como Vasco da Gama. Inexistente, o mais próximo a uma escola que se formou ali, foi a reunião em torno do Infante, após seu regresso de Ceuta, de um grupo de especialistas que sim ajudou no processo de expansão marítima. (ALBUQUERQUE, 1990).

⁶ Mais informações em LIMA, 2007.

⁷ Como a escrita por Pero Vaz de Caminha, mas também para o posterior aquelas escritas pelos jesuítas a seus líderes em Portugal, Espanha e Roma. Para ver mais sobre estas cartas: TORRES-LONDOÑO, 2002.

⁸ Podemos citar aquele escrito por Américo Vespúcio enquanto navegava pela costa atlântica da América. Para ver mais sobre diários de viagem: GREENBLAT, 1996.

⁹ Aqui talvez seja interessante abrir um pequeno parêntesis: muito se tem criticado a utilização da expressão “Descobrimento do Brasil”. A crítica é, sobremaneira, baseada na ideia de que existia uma população nativa anterior à chegada dos europeus. Afirma-se que a adoção da expressão “Descobrimento” apaga a importância da experiência indígena anterior à chegada dos portugueses. Critica-se a ênfase no Eurocentrismo, ou seja, uma concepção de história que observa apenas o lado europeu da História. Contudo, esta crítica à noção de “Descobrimento” acaba por mascarar um elemento importante da cultura europeia: o Brasil e a América foram descobertos. Os europeus não os conheciam. Se tomarmos como pressuposto que não houve nenhum “Descobrimento”, estaremos negando o impacto que as Descobertas – do Brasil, da América, do caminho para as Índias, dos negros da África – causam na Europa. Claro, é óbvio que consideramos importante o período que ficou definido como pré-histórico da América (consideramos esta expressão muito mais problemática), importante quando nos preocupamos com a História das populações americanas, elas existem sim independentes do contato com os europeus. Mas a Europa descobre sim o Novo Mundo. E essa descoberta causa mudanças severas na própria Europa.

¹⁰ Uma seita herética cristã que pregava o dualismo. Segundo sua crença o mundo não havia sido criado diretamente por Deus, mas que era uma materialização do Mal e que, portanto, os que aqui viviam estavam destinados à expiação até que, após uma vida destinada ao bem, voltassem ao Paraíso perdido. Enquanto não conseguissem isso teriam que reencarnar em sucessivas vidas na Terra.

¹¹ Contudo, um grande problema metodológico que este tom causa é que muitas vezes não temos à mão os cadernos de anotações que os cronistas faziam para apenas depois redigirem suas Crônicas e Histórias, as notas de fatos memoráveis e impressões sem recursos estilísticos permitiriam uma aproximação das ideias do autor bem mais livre da influência que a tradição intelectual impunha sobre a produção literária. Mas, no outro extremo, também podemos não ter acesso ao conteúdo das bibliotecas que estavam disponíveis para os cronistas, e, assim, ter que reconhecer unicamente na Crônica as referências utilizadas pelo cronista, seus sub-textos.

¹² Os primeiros cronistas a tratar do espaço urbano de dentro da América portuguesa serão Rocha Pitta, que descreve o quadro “urbano” da Colônia de Sacramento, no século XVIII, e Aires de Casal com sua *Corografia Brasílica*, em que detidamente ele descreve as capitais das províncias, contando inclusive um pouco de suas histórias individuais nas primeiras décadas do século XIX. Caso interesse uma explicação rápida para tal fato, podemos supor aqui que o espaço urbano não estava consolidado até o XIX na América Portuguesa e, portanto, não há espaço urbano para ser descrito pelos cronistas.

Referências:

ALBUQUERQUE, Luís de. *Dúvidas e certezas na história dos descobrimentos portugueses*. 2.ed. Lisboa: Vega, 1990.

ALMEIDA, Milton José de. O triunfo da escolástica: a glória da educação. *Educação e Sociedade*, Campinas: Unicamp, v. 26, n. 90, p. 17-39, jan.-abr. 2005.

BARLÉUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* (1584-1648). Trad.: Cláudio Brandão. 3.ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1974.

BARRETO, Luís Filipe. *Descobrimientos e Renascimento: formas de ser e pensar no século XV e XVI*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1983. (Temas portugueses).

BLACK, Jeremy. *Mapas e história: construindo imagens do passado*. Trad.: Cleide Rapucci. Bauru: Edusc, 2005.

BURCKARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e da gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

CURTIUS, Ernst. *Literatura européia e idade média latina*. Trad.: Paulo Rónai e Teodoro Cabral. São Paulo: Hucitec/ EDUSP, 1996.

DIAS, J. S. da Silva. *Os Descobrimientos e a problemática cultural do século XVI*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973.

FALCON, Francisco José Calazans. A cultura renascentista portuguesa. *Revista Semear*. Revista Cátedra Pe. Antonio Vieira. Rio de Janeiro: 2005, v. 1, n. 1, p. 21-52, Disponível em: http://www.lettras.puc-rio.br/Catedra/revista/1Sem_03.html. Acesso em: 9 jan. 2009.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 8.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GREENBLAT, Stephen. *Possessões maravilhosas*. São Paulo: EdUSP, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no Descobrimento e colonização do Brasil*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad: Bernardo Leitão [et al]. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1994. Cap. Antigo/Moderno, p. 167-202.

LEITE, Edgard. Concepções jesuítas sobre as relações entre a “conquista espiritual” e a “conquista temporal”: séculos XVI e XVII. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: IHGB, n. 410, p. 11-22, jan.-mar. 2001.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. Seleção: Heliana Salgueiro. Trad.: Cely Arena. São Paulo: EdUSP, 2001.

_____. De Alexandria ao Cairo. Práticas eruditas na identificação dos espaços no final do século XVIII. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org). *Por uma nova história urbana*. São Paulo: EdUSP, 2002. p. 87-115.

LIMA, Ricardo da Cunha. *A presença clássica na poesia neolatina do humanista português Antônio de Gouveia*. 2007. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 2007.

MONTEIRO, Jácome. Relação da província do Brasil (1610). In: LEITE, Serafim. *História da companhia de Jesus no Brasil*. [Tomo VIII - Apêndice].

MORGANTI, Bianca F. *A mitologia n'Os Lusíadas*. 2006. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, Campinas, 2006. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000317263>. Acesso em: 5 jan. 2009.

PAES, Maria Paula Dias Couto. De Romatinas a Christianitas: o Humanismo à portuguesa e as visões sobre o reinado de Dom João III, O Piedoso. *Varia História*, Belo Horizonte: UFMG, v. 23, n. 38, 2007.

PORTO, Maria Emília Monteiro. O discurso do missionário: jesuítas e ocidentalização na Capitania do Rio Grande (1597-1759). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: IHGB, n. 411, p. 95-128, 2001.

RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1979.

SALGADO, Félix Berrero. *La oratória sagrada em los siglos XVI y XVII: la predicación e la Compañia de Jesús*. Madrid: Fundación Universitaria Española, 2001.

_____. O jesuíta como tradutor de dois mundos. *Mneme*, Caicó – RN: CERES-UFRN, 2004, v. 5, n. 10, p. 14 – 26.

SOARES, Lenin Campos. *O padre, o filósofo e o profeta: A América de Simão de Vasconcelos*. 2007. Dissertação (Mestrado) – PPGH/UFRN, Natal, 2007.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. 9.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. *Escrevendo cartas: jesuítas, escrita e missão no século XVI*. *Revista brasileira de História: Tempos do sagrado*. São Paulo, ANPUH/Humanitas, v. 22, n. 43, 2002.

VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. Petrópolis: Vozes, 1977.